

brasileira, porque terminou por eliminar o deságio que normalmente mantém o nosso produto em relação aos cafés colombianos. Segundo a opinião dos analistas norte-americanos do mercado cafeeiro, a situação do café se firmara com o Convênio do México e a pressão mais forte nos preços contra a produção só era esperada depois de Março. O próprio mercado a termo refletia essa situação. A cotação final para o contrato «B» de dezembro foi de 56,25 cents e para o «M» de 58,95 cents. Em fins daquele mês, o contrato «B» era de 55,00 cents para Março e o «M» de 58,05 cents, esperando-se que as cotações se conservassem de fato bem próximas das aludidas. O que teria precipitado a baixa ou melhor, a antecipada para fins de Janeiro? Para uns, a oferta dos cafés venezuelanos, em fins de Janeiro, à razão de 52,75 cents/libra e, entre nós, notadamente nos meios da imprensa mais próxima do governo, atribui-se como um de seus fatores a reforma cambial da Colômbia, cujo sentido de liberação enfraquecera a resistência daquele país às investidas baixistas.

A nosso ver, nenhum desses fatos teria provocado a crise dos preços. As disponibilidades venezuelanas não eram suficientemente volumosas para exprimir o mercado e a reforma colombiana ocorreu a 19 de Junho de 1957 sem que tivesse repercutido na ocasião, o que foi singular, desfavoravelmente no nível das cotações, tendo havido recentemente apenas um novo sistema de pagamento por parte do exportador da diferença entre o nível da reintegração cafeeira e o valor real da venda, anteriormente paga em dólares e agora em moeda do país.

A atual oscilação de rebaixa operada no mercado dos cafés suaves reflete a existência de uma pressão poderosa, mesmo invencível, dos compradores estrangeiros sobre a produção para um reajustamento antecipado dos preços em função da superprodução anunciada para a próxima safra. Não houve, acreditamos nós, nela, qualquer artifício de natureza comercial dos países comprometedores conosco na defesa do café, cuja conduta conforme se depreende

das reiteradas declarações do presidente do IBC tem sido de impecável correção. A escassez intencionalmente orientada das compras norte-americanas nos primeiros meses que, como vimos, em janeiro e fevereiro se limitaram a um volume inferior em cerca de 1 e meio milhão ao volume importado no mesmo período de 1957, apesar da intensificação da atividade dos torradores nos Estados Unidos, aparece como o instrumento de pressão à produção. Esse fato é claramente apontado pelos técnicos do Bureau Pan-Americano do Café, conforme se depreende desta informação:

«No Mercado de Físicos, certas tendências definitivas estão se delineando. Quando quer que os preços baixam, especialmente os dos cafés suaves, as compras aumentam, até que os preços retornam aos níveis anteriores. Nesse ponto, os compradores param de comprar e o mercado perde a sua firmeza (Mercado do Café de 21-2-58)».

INFLIXIBILIDADE DO PREÇO DO CAFÉ BRASILEIRO

A ofensiva baixista não encontrou resistência nos países produtores de cafés suaves. A liberação cambial na Colômbia preparou o cafeicultor a suportar as reduções do preço em ouro, pois de 2.50 pesos que recebia por cada dólar antes da reforma de Junho percebe ele hoje 6 a 7 pesos. A política brasileira de café no entanto se caracterizou por uma poderosa mobilização de recursos para a resistência. Opera o governo em defesa das nossas cotações no mercado de físicos através de elevado nível do registro das declarações de venda e no mercado a termo com a posição de «comprado» na Bolsa de Nova York. A relativa estabilização dos preços provocou, a paralização das nossas exportações, por ter se tornado o café brasileiro mais caro que os cafés suaves de maior valor comercial.

Isso veio confirmar a impossibilidade de sustentarmos uma política isolada de preço. Não podemos nos dissociar da idéia da profunda interdependência das cotações dos cafés brasileiros e «milds» e da existência de li-

mites bem pronunciados às nossas cotações dadas pela superioridade qualitativa dos cafés colombianos e da América Central.

Torna-se efetivamente temerária uma política de sustentação de preço executada pelo Brasil sem a cooperação dos países produtores dos cafés suaves. Corremos o risco, como ocorre na atual conjuntura, da fixação dos preços em níveis que nos reduzem drasticamente a capacidade competitiva, em concorrência com abastecimentos disponíveis dos cafés «milds».

A dependência da comercialização do café brasileiro à existência de um «spread» em relação ao produto colombiano conduz-nos à necessidade de uma política de preço à base de um acordo internacional. Sem esse diferencial, passa o café brasileiro a se manter em níveis de preço de valorização artificial, estimulando as vendas dos cafés suaves e, o que é mais grave ainda, proporcionando oportunidade a mais volumoso escoamento dos cafés africanos que se prestam à mistura com os cafés de superior qualidade e cuja procura, pelo grande desmvelamento de seus preços em relação ao nosso produto, (em Janeiro o prêmio do Santos 4 sobre o Ambriz, que é o melhor «robusta» se situava na margem de 14,88 cents/libra e sobre os cafés Ugan- de de 18,84 cents/libra) se torna muito vantajosa ao torrador norte-americano.

A política de café do passado compreendeu bem a significação comercial para o Brasil da existência de razoável «spread». Em todas suas tentativas de acordo, antes de 1940, como se verificou nas reuniões de 1931 em São Paulo, de 1938 em Bogotá e de 1937 em Nova York e Havana, tentou a fixação desse diferencial, apesar da poderosa resistência por parte da Colômbia de tratar especificamente sobre preços. No Convênio do México, contrariando aquela nossa tradição, cuidamos apenas de uma política de regularização da oferta com formação de cotas de exportação. Deixou-se de lado a idéia da execução de uma política de preços na qual se



Cafezais novos, plantados em terra velha da Fazenda Iracema, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.